

Elementos para a história de Paracatu: um registro feminino no século XIX

Elements for the history of Paracatu: a female record in the 19th century

Vandeir José da Silva¹

Resumo: O presente estudo apresenta como objeto algumas narrativas contidas em um documento escrito por D. Cândida de Melo Álvares ou Cândia de Ulhoa Pimentel, sobrenome que passou a usar após contrair casamento. O estudo foi realizado a partir da obra de José Aluísio Botelho intitulada: *Os Botelhos de Paracatu: Percursos de uma linhagem nos sertões de Minas*. As narrativas nele contidas relacionam-se as memórias de uma mulher da elite de Paracatu no século XIX. Paracatu localiza-se na região Noroeste de Minas Gerais, cidade do ciclo da mineração, cuja sociedade era composta de uma elite ligada a atividade mineradora e de grandes proprietários de terras. As memórias registradas inquietaram-nos e moveram a tessitura narrativa deste texto que objetiva perceber quais foram as representações de Cândida de Melo Álvares acerca dos seus e de sua vivência familiar. A metodologia consistiu em um estudo qualitativo e análise documental, relacionando elementos da história de vida da narradora entrelaçando a de seus familiares. A análise permitiu reflexões acerca do gênero, memória, formação familiar e da sociedade local e regional.

388

Palavras-chave: Memória. Gênero. História. Família

Abstract: The present study presents as object some narratives contained in a document written by D. Cândida de Melo Álvares or Cândia de Ulhoa Pimentel, surname she started to use after getting married. The study was carried out from the work of José Aluísio Botelho entitled: *Os Botelhos de Paracatu: Paths of a lineage in the backlands of Minas*. The narratives contained therein relate to the memories of a woman from the elite of Paracatu in the 19th century.

¹ Doutorando em História, Programa Doutoral HERITAS- Estudos de Patrimônio pela Universidade de Évora/Universidade de Lisboa, Portugal. Membro Integrado do CIDEHUS UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702) – UE, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702). Bolseiro FCT. CIÊNCIA ID - 3114-BBE8-05F0. Mestre em História Cultural pela UnB, Universidade de Brasília. Membro do projeto de pesquisa Educação, História, Memória e Cultura em Diferentes Espaços Sociais da PUC, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: vandeirj@hotmail.com

Recebido em 27/01/2022

Aprovado em 26/02 /2022

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Paracatu is located in the Northwest region of Minas Gerais, a city of the mining cycle, whose society was composed of an elite linked to mining activity and large landowners. The registered memories disturbed us and moved the narrative texture of this text that aims to understand what were the representations of Cândida de Melo Álvares about hers and her family experience. The methodology consisted of a qualitative study and documental analysis, relating elements of the narrator's life story intertwining that of her family members. The analysis allowed reflections about gender, memory, family formation and local and regional society.

Keywords: Memory. Gender. Story. Family

Introdução

O objetivo do estudo foi perceber que acontecimentos foram considerados importantes pela autora, reconhecendo-lhes essa importância precisamente ao ficarem registrados por meio da escrita. Assim, o *corpus* documental do presente artigo centra-se em anotações de uma rica senhora que residiu em Paracatu, D. Cândida de Melo Álvares, no século XIX. Nesse sentido, observamos que as narrativas autobiográficas e a forma de registro trazem grandes contribuições para conhecer a história e suas peculiaridades.

Alberti (1991, p. 66) mencionou que a sustentação “ao indivíduo- que em princípio se destaca ainda mais no caso da autobiografia - não implica uma posição ‘monolítica’ e ‘linear’ do sujeito da criação, uma vez que o escritor, no processo de produção da narrativa, se move continuamente entre o que é e o que poderia ser”.

D. Cândida registrou uma linha de raciocínio com situações da vivência familiar, entendida por nós como escritas ligadas a subjetividades, que revelam aspectos de sua história a partir de seu casamento². Esta realidade interliga sua narrativa a de pessoas do seio familiar do seu convívio.

Após sua morte, este documento passou a guarda familiar, sendo registrado no livro *Os Botelhos de Paracatu: Percursos de uma linhagem nos sertões de Minas* através de seu tataraneto, José Aluísio Botelho no ano de 2022, que publicou na íntegra estes escritos³.

Observamos que anotações pessoais de cunho familiar são uma fonte de pesquisa que pode trazer uma série de indicativos. Nesse sentido, os escritos autobiográficos, fonte histórica do presente texto, proporcionou algumas análises e reflexões pautadas nas construções das

² De acordo com Del Priore (2005) o casamento é uma organização que tem como princípio básico o repasse do patrimônio. Casamento aqui também é compreendido como descreve o dicionário Aurélio como sendo: “um ato solene de união entre duas pessoas de sexo diferentes, capazes e habilitadas, com legitimação religiosa e, ou, civil”. <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em 20 de março 2022.

³ Este documento faz parte do acervo da família “Botelho”.

narrativas que dizem respeito aos aspectos da vivência, constituição da família no âmbito sociocultural e religioso. Através dos escritos de D. Cândida, ela desvelou a importância e influência de sua família, em sua maioria descendentes de portugueses, e o patrimônio constituído por eles. A autora era alfabetizada e também educou os filhos inserindo-os no mundo das letras, como se verá adiante.

Assim, a escrita de si permite entender a busca de representação da realidade tendo como ponto de partida experiências e fatos reais. Segundo Georges Gusdorf (1991), a decisão de tecer uma narrativa sobre si demonstra uma vontade de colocar em questão a existência, sob o efeito de uma necessidade íntima.

A localização geográfica e temporal consiste na cidade de Paracatu nos anos Oitocentos. A apresentação destes marcos é importante para que se perceba o universo sociocultural da narrativa.

Embora este trabalho contemple a análise documental do século XIX, ele permite estabelecer proximidade com a tese de doutoramento que estamos a escrever sobre irmandades religiosas no século XVIII em Paracatu. Ele permitiu estabelecer conexões de entendimento sobre a formação familiar das elites de Paracatu, bem como aspectos da cultura, da religiosidade e de compadrio. Outro aspecto é a formação do tronco genealógico oriundo de portugueses e seus descendentes que constituíram famílias nesta localidade. Também influências portuguesas podem ser percebidas no convívio social. sendo elas uma das preocupações da tese.

Assim sendo, a partir deste estudo foi possível compreender aspectos econômicos, sociais, políticos e religiosos que se entrelaçam com a relação de subserviência dos negros escravizados no sistema social desta centúria estudada.

Outro ponto importante que fortaleceu a pesquisa de doutoramento foram os dados de genealogia que propiciaram detectar sobrenomes de famílias importantes oriundas de Portugal que vieram para Paracatu no século XVIII. Isto nos permitiu refletir sobre alguns sobrenomes encontrados nos livros de Irmandades estudados.

Sublinhamos que a problemática que orientou o presente estudo se prende com a seguinte questão: Quais são os fatos e dados presentes na narrativa pessoal de uma mulher da elite Paracatuense no século XIX?

Os escritos de Cândida de Melo Álvares⁴, são apontados por Botelho (2022) como a síntese dos fatos marcantes de sua vida desde que contraiu matrimônio com o paracatuense

⁴ Nasceu em 1820 em Luziânia -Goiás, faleceu em 24 de novembro de 1908. Era filha de Joaquim de Mello Alvares (Nasceu em 1773 em Santa Luzia, Goiás, e faleceu em 26 de agosto de 1853 em Paracatu. A mãe, Cândida

Tenente Coronel Domingos Pimentel de Ulhôa⁵. Apontamentos estes que fundamentam a narrativa a seguir acerca da história dessa mulher de vasta descendência e que fazia parte da elite de Paracatu. São apontamentos coletivos pelo fato de neles estarem inclusos diversas pessoas e fatos mas, simultaneamente, pessoais. Assim, cruzam-se trajetórias de outras vidas que conduzem a sua própria história.

Ao apresentar a transcrição das anotações de sua tataravó, Botelho (2022) mencionou o estranhamento de não conter dados sobre a meninice, adolescência ou juventude. Não há menção a sua família anterior ao casamento, educação, religiosidade⁶.

Relatos de Cândida de Melo Álvares.

A mulher que redigiu os apontamentos aqui analisados, Cândida de Melo Álvares pertencia a elite de Paracatu. Nasceu em 1820 em Santa Luzia, atual Luziânia, Goiás e faleceu em 1908, em Paracatu. Desde a infância, Cândida se inseria na elite do Império brasileiro. Era filha de Joaquim de Melo Álvares e Cândida Peregrina de Almeida, tendo apenas uma irmã, de nome Joana.

Seu pai, Joaquim de Melo Álvares⁷, nasceu na Capitania de Goiás, no Arraial de Santa Luzia em 1773 e faleceu aos oitenta anos em Paracatu, onde foi sepultado (1853). Joaquim era filho do português Lázaro de Mello Álvares⁸, Capitão da Guarda Nacional em Goiás, e de

Peregrina de Almeida, nasceu em 06 de fevereiro de 1786 em Traíras (Goiás). Faleceu 21 de dezembro de 1884 em Luziânia (Goiás). Cândida teve uma única irmã: Joana de Melo Alvares.

⁵ Segundo (Botelho, 2022) o Tenente-coronel Domingos Pimentel de Ulhoa, nasceu em março de 1815 e faleceu em fevereiro de 1893. Dele deriva as famílias Botelho e Ulhoa Vilela. Filho de Antônio Constantino Lopes de Ulhôa e de Anna Pimentel Barbosa. Rico proprietário de terras, segundo Botelho (2012), entre elas a fazenda Santo Antônio localizada as margens do Rio Paracatu a qual pertencia ao Capitão Mor, Domingos José Pimentel Barbosa, “seu avô materno”. Esta fazenda era ampla na qual ficavam circunscritas as localidades de Santo Antônio, Forquilha, Olhos D’água, Conceição, entre outras. A ele pertencia ainda a Fazenda Guerra, Chácara Batista e outras propriedades adquiridas por compras. Disponível em: <https://araposadachapada.blogspot.com/2012/05/normal-0-21-false-false-false.html>. Acesso 21/01/2022.

⁶ Acerca de estudos relacionados a esta temática sugerimos também: Amorim (1991) Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias; Burgger (2003) Padrinhos de Muitos Afilhados: um estudo do significado do compadrio em São João del Rei, Séculos XVIII e XIX; Venâncio (2006) O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII.

⁷ Filho do açoriano, Lázaro de Mello Álvares e Teresa Maria Jesus. Nasceu em Santa Luzia, Goiás no ano de 1773. Faleceu em Paracatu no dia 26 de agosto de 1853. Dados disponíveis em: Lázaro de Mello Álvares: Árvore genealógica por Jair FERREIRA (jairferreira) - Geneane. Acesso: 03 de janeiro de 2022.

⁸ Ele era natural da freguesia de Nossa Senhora da Estrela, Vila de Ribeira Grande, Ilha de São Miguel, Açores. Lázaro de Mello Álvares e Teresa Maria Jesus, se casaram por volta de 1770 em Santa Luzia, Goiás. Em 1838 tornou-se Capitão da Guarda Nacional e posteriormente, Tenente Coronel. <https://araposadachapada.blogspot.com/2015/05/os-melo-alvares.html>. Acesso: 03 de janeiro de 2022.

Teresa Maria Jesus, natural do Rio de Janeiro e falecida em Santa Luzia, Goiás. Seu avô paterno era açoriano e a avó da Capitania do Rio de Janeiro. É interessante perceber a ascendência portuguesa herdada do pai e o pertencimento a elite de Goiás.

Sua mãe, Cândida Peregrina de Almeida⁹, natural de Traíras (Goiás), nasceu em 1786 e faleceu em 1884 em Santa Luzia (Goiás). Seus avós maternos foram Manoel Thomás Almeida e Francisca Mendonça¹⁰, sendo Cândida, filha única.

Observamos que a escritora recebeu o mesmo nome da mãe, sendo modificado apenas o sobrenome “*Melo Álvares*”, herdado da família do pai.

A leitura do documento transcrito nos leva a crer que sua escrita resultou da rememoração do passado e da própria história em curso. Assim, “rememorar é organizar o empírico e dar-lhe o sentido e a coerência que não possuía, respondendo às necessidades do presente e do futuro, transformando o informe da vivência em experiência” (NORONHA, 2017, p. 63). Desta maneira, “ter uma memória autobiográfica funcional que dê coesão e coerência à identidade pessoal significa ao mesmo tempo ter preservado os aspectos semânticos e ser capaz de reviver os episódios emocionalmente marcantes da vida pretérita (...)” (NORONHA, 2017, p. 56).

O texto inicial refere-se ao seu enlace matrimonial contraído com Domingos Pimentel de Ulhôa, em quinze de novembro de 1840. Nesta ocasião, ela tinha vinte anos e o marido era cinco anos mais velho.

A união dos dois jovens significou o laço entre famílias da elite de Santa Luzia (Goiás) e Paracatu, (Minas Gerais). Depois do casamento, seu nome passou a ser, “Cândida de Melo Ulhôa”, retirando o “Álvares” e inserindo “Ulhôa” no sobrenome. Segundo D’Incao (2004, p. 191), “O casamento entre famílias ricas e burguesas era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do status”.

Domingos Pimentel de Ulhôa¹¹, seu esposo, era natural de Paracatu, pertencente a elite política e econômica local e desempenhou importante papel na política de Paracatu. Tornou-se Tenente-coronel, Comendador, sendo também proprietário de terras e escravizados.

⁹Teve apenas duas filhas, Cândida e Joana. Faleceu em 21/dezembro/1884. Dados disponíveis em: <https://gw.geneanet.org/jairferreira?n=de+mello+alvares&oc=&p=joaquim>. Acesso: 03 de janeiro de 2022.

¹⁰ Manoel Thomás Almeida era natural de Traíras, Goiás e Francisca Mendonça da Bahia. Disponível em: <http://www.geocities.ws/geneabotelho/pafg04.htm#41>. Acesso: 03 de janeiro de 2022.

¹¹Seu avô materno era o português de Braga, Capitão-Mor Domingos José Pimentel Barbosa. Disponível em: <https://araposadachapada.blogspot.com/2012/09/capitao-jose-goncalves-de-oliveira.html>. De acordo com (ARINOS. 1910). Ele exerceu o cargo de vereador por vários mandatos, sendo também presidente da Câmara de Paracatu nos anos de 1861 à 1864.

A leitura da narrativa nos permite perceber a importância que teve para a mesma a constituição do matrimônio e formação familiar, pois após lançar os dados do seu enlace matrimonial, listou os nove filhos resultantes dessa união e a formação das suas respectivas famílias.

Nasceu nossa primeira filha, Adelina em 19 de dezembro de 1841¹²;

Nasceu a segunda filha Laura¹³ a 18 de fevereiro de 1844. Casou-se em 18 de abril de 1874 e faleceu no Rio de Janeiro a 4 de março de 1886. Casou-se aqui no dia que acima disse e saiu para a Corte no dia 18 de maio do mesmo ano. Lá teve dois filhos: Emmanoel que nasceu a 18 de fevereiro de 1875 e Othoniel que nasceu a 21 de agosto de 1876;

Nasceu o terceiro filho, Frederico¹⁴, a 19 de fevereiro de 1846;

Nasceu o quarto filho, Thomaz¹⁵, a 07 de março de 1848;

Nasceu a quinta filha que faleceu apenas nascera, (...) e não teve nome, em 28 de setembro de 1849;

Nasceu a sexta filha Cândida¹⁶ a 3 de agosto de 1850;

Nasceu a sétima filha Anna¹⁷ a 26 de dezembro de 1852;

Nasceu a oitava filha Mariana¹⁸ a 14 de julho de 1855. Casou-se a 22 de agosto de 1874 com o Dr. Paraíso¹⁹ e foi para São Romão e de lá veio para o Capão Redondo. Faleceu aí a 27 de abril de 1875;

¹² Filha primogênita, Adelina Pimentel de Ulhôa (1841 – 1908). Nasceu e viveu em Paracatu onde casou-se e formou sua família. Teve cinco filhos, sendo três mulheres (Cândida, Estefânia e Augusta) e dois homens (Luís Vilela e Arthur Vilela) e faleceu aos 67 anos de idade. Disponível em: www.geosites.ws/geneabotelho/pafg07.htm. Acesso em 20 de janeiro 2022.

¹³ Laura Pimentel de Ulhôa (1844 – 1886). Nasceu em Paracatu e faleceu no Rio de Janeiro, onde passou a residir após ao matrimônio. Viveu 42 anos e teve apenas dois filhos. Disponível em: www.geosites.ws/geneabotelho/pafg07.htm. Acesso em 20 de janeiro 2022.

¹⁴ Frederico Cícero Pimentel de Ulhôa (1846 -1907). Nasceu e faleceu em Paracatu, Disponível em: www.geosites.ws/geneabotelho/pafg07.htm. Acesso em 20 de janeiro 2022. viveu 63 anos.

¹⁵ Thomaz Pimentel de Ulhôa (1840 – 1922). Nasceu em Paracatu e faleceu no Rio de Janeiro. Estudou no Seminário de Mariana – MG, no Colégio Vitória no Rio de Janeiro. Iniciou o curso de medicina em 1868 no Rio de Janeiro e finalizou em 1873. Migrou para Uberaba – MG na década de 1880, atuando na área da saúde e política. ARINOS (1910). Contraiu matrimônio em 1885 com (Sinhá), Luísa Etelvina de Castro Ulhôa natural de Uberaba. O termo (sinhá) de acordo com o dicionário online significa a maneira pela qual os escravizados denominavam as senhoras. (<https://www.dicio.com.br/sinha/>)Tiveram dois filhos. (Carolina e Afonso). Ela era filha do capitão Antônio Jacintho da Silva Botelho natural de Araxá MG. Disponível em: www.geosites.ws/geneabotelho/pafg07.htm. Acesso em 20 de janeiro 2022.

¹⁶ Cândida Pimentel de Ulhôa (1850-1909). Nasceu, viveu e contraiu matrimônio em Paracatu e teve dez filhos sendo três mulheres (Jorgina, Mariana e Maria) e sete homens (Osório Aníbal, José, Anísio, Francisco, Raul e Mário. Seu falecimento foi em decorrência de pneumonia. Disponível em: www.geosites.ws/geneabotelho/pafg07.htm. Acesso em 20 de janeiro 2022. Viveu 59 anos.

¹⁷ Ana Pimentel de Ulhôa (1852 -1944). Natural de Paracatu, casou-se em 1875 e faleceu em Uberaba. Ela foi a filha da Sinhá Cândida que viveu por mais tempo com idade de 92 anos. Ana teve seis filhos, sendo uma do sexo feminino (Maria Cândida) e cinco masculino (Domingos, Francisco, José Eduardo, Pedro, Eduardo). Disponível em: www.geosites.ws/geneabotelho/pafg07.htm. Acesso:20 jan. 2022. Viveu 59 anos.

¹⁸ Mariana Pimentel de Ulhôa (1855 – 1875). Nasceu em Paracatu contraiu casamento no ano de 1874. Após, foi residir com o marido em São Romão, onde o mesmo era juiz. Morreu no distrito do Capão Redondo em decorrência de complicações no parto. Viveu vinte anos incompletos. Disponível em: www.geosites.ws/geneabotelho/pafg07.htm. Acesso em 20 de janeiro 2022.

¹⁹ Dr. Francisco Paraíso Cavalcante de Albuquerque, esposo.

Nasceu “meu último filho Duarte²⁰ a 15 de abril de 1858”.

Vemos que pelas datas de nascimento dos filhos, logo no primeiro ano após o matrimônio, Dona Cândida teve a primeira filha e no período de 18 anos, teve nove partos, entre os quais, apenas um deles não foi feliz, pois, a menina “faleceu, apenas nascera”, conforme escreveu.

Dos nove filhos listados, seis eram do sexo feminino (Adelina, Laura, Cândida, Anna, Mariana e a que faleceu não lhe foi atribuído nome) e três masculino (Frederico, Thomaz, Duarte).

Ter uma prole numerosa era comum nesse período, bem como curto espaço de tempo entre uma gestação e outra.

Em relação ao relato sobre os filhos, notamos preocupação de Dona Cândida em descrever a constituição das famílias de Laura e Mariana, referindo-se também a mudança das mesmas com seus maridos. Segundo ela, Laura e o marido foram para a Corte no Rio de Janeiro e Mariana e esposo, foram para São Romão e depois para o Capão Redondo²¹.

Alguns filhos ela não mencionou os laços matrimoniais, o que chamou nossa atenção. Por qual motivo? Com quem se casaram? Qual a importância dos mesmos na elite Paracatuense?

Com o objetivo de responder a estes questionamentos, buscamos informações (APMMOG) Arquivo Público Municipal Michael Olímpio Gonzaga, Sites de genealogia e constatamos que Adelina casou-se em 1861 com o capitão José Gonçalves de Oliveira Vilela Júnior²² e continuou a residir em Paracatu. Cândida contraiu matrimônio com Coronel Fortunato Jacintho da Silva Botelho²³ (1846 – 1910) e teve prole numerosa.

²⁰ Duarte Pimentel de Ulhôa 1858 – 1928. Nasceu em Paracatu, casou-se com Francisca Dantas Barbosa em Uberlândia onde criou a família e deixou vasta descendência. Teve quatro filhos sendo três mulheres (Adelina, Duartina e Benedita) e um filho a quem deu o nome do avô (Domingos Pimentel Ulhôa). Disponível em: www.geosites.ws/geneabotelho/pafg07.htm. Acesso em 20 de janeiro 2022. Faleceu com 70 anos incompletos em Uberlândia MG.

²¹ Estas duas localidades fazem parte de Minas Gerais e pertenciam no século XIX a Paracatu (MG).

²² Nasceu em Pimenta e mudou-se para Paracatu em 1860. Dedicou-se ao comércio e a política, atuando como vereador em dois mandatos, sendo um dos criadores do Partido Republicano em Paracatu no ano 1889, sendo seu primeiro presidente. “Durante a transição entre a queda do Regime Monárquico e a consolidação da República. Foi nomeado o primeiro intendente municipal, cargo que substituiu o poder executivo e legislativo local até a proclamação das constituintes estaduais”. Foi capitão da 7ª Companhia da Guarda Nacional em Paracatu. Foi professor de Francês e Inglês na Escola Normal de Paracatu. Era filho do tenente coronel José Gonçalves de Oliveira Vilela. Disponível em: <https://araposadachapada.blogspot.com/2012/09/capitao-jose-goncalves-de-oliveira.html>. Acesso: 21 jan. 2022.

²³ Natural de Araxá, veio para Paracatu onde se casou com Cândida em 1872. Foi coronel da Guarda Nacional e chefe político em Paracatu nas últimas décadas do século XIX e limiar do XX. Possui extensas propriedades de

Já Mariana e Anna casaram-se com a mesma pessoa, o Juiz, o Dr. Francisco Manoel Paraíso Cavalcante de Albuquerque e Aragão. O referido Juiz, casou-se primeiro com Mariana que tinha apenas 19 anos. Porém, em abril do ano seguinte (1875) ela faleceu de complicações decorrentes do parto. Em dezembro do mesmo ano (1875), o Dr. Paraíso casou-se com a irmã da primeira esposa, Anna Pimentel de Ulhôa. O casamento de Adelina e Anna foram anotados como “outras digressões²⁴”. Já os filhos, também se casaram, mas esse fato não foi mencionado por Dona Cândida.

Observamos também que a média de idade que suas filhas contraíram casamentos variaram entre 19 a 30 anos. Adelina casou-se com 20 anos, Laura (30), Cândida (22), Anna (23), Mariana (19). (RAMOS, 2008) ao escrever sobre a influência da cultura do norte de Portugal na América Portuguesa, em específico na região de Minas Gerais, afirmou que uma das características é a mulher contrair casamento mais velha.

O segundo tópico abordado por Dona Cândida foi o batizado dos filhos, listando a frente quem foram os padrinhos e quem os representaram:

De Adelina, minha Mãe e meu Sogro. Representou D. Sebastiana Ferreira de Jesus;

De Laura, minha Sogra e meu pai. Representaram Izabel da Silva;

De Frederico, meu Pai e minha Mãe. Representou Marcela de Brito;

De Thomaz, meu Pai e minha Sogra. Representou a Sra. Izabel da Silva;

De Cândida, meu Pai e o Sr. Vigário Miguel Arcanjo. Representou a Senhora Marcela;

De Anna, meu Pai e minha Sogra. Representou à mesma Marcela; foi o último de meus filhos que meu pai conheceu porque desde o tempo em que esta nasceu já ele estava doente;

De Duarte, minha cunhada Dona Mariana e o Sr. Justino Baptista.

O ato do batismo historicamente está envolvido em diferentes representações para a sociedade que a prática, sendo uma delas, a apresentação da criança perante o sacerdote sendo testemunhado e recebido pela sociedade cristã.

De acordo com Castro (2021, p.2), “o sacramento do batismo sempre foi a porta de entrada do fiel a esta instituição”²⁵.

terras em Paracatu e Cristalina-Goiás. Disponível em: www.geosites.ws/geneabotelho/pafg07.htm. Acesso em 21 de janeiro 2022.

²⁴ Esta expressão tem significado de afastar ou ir para longe. Porém na narrativa de D. Cândida, entendemos que digressão pode significar a mudança de um assunto para outro, ou seja, que ela está distanciando do tema inicial.

²⁵Disponível em: <http://repositorio.asc.es.edu.br/handle/123456789/2749>. Acesso, 21/03/2022.

Este é o rito de convenção para a entrada de uma nova vida que é representada através da água, vela e a benção do padre. Outro momento é o acolhimento dos padrinhos e da sociedade que recebem o bebê na vida da comunidade religiosa. Por fim, com o batismo realizado se efetiva a inserção do novo membro através do mistério da celebração como participante da remissão de Cristo²⁶. De acordo com Ramos (2003, p. 51).

Assim o batismo era o momento em que uma pessoa virava um ser espiritual e ganhava uma nova família. E esta família nova, encabeçada pelos padrinhos, seria a fiadora da fé da pessoa batizada. Enquanto a família biológica tinha a função de criar e educar a criança, esta nova família tinha uma função considerada mais enaltecida e importante: a educação espiritual do batizando. Não obstante, esta segunda família também tinha uma função social, dada não pela Igreja, mas pela comunidade e pela tradição.

Sobre este importante momento na vida religiosa de caráter público onde os pais apresentam o filho para a sociedade cumprindo um dos sacramentos na vida cristã, foi possível observarmos que pelos nomes dos padrinhos apresentados por D. Cândida que, praticamente todos os filhos foram apadrinhados por membros de sua família, principalmente por seus pais, sogro, sogra, cunhada. Neste sentido Amorim (1983, p. 213) afirmou,

O nome próprio recebido no batismo podia ter relação com os nomes próprios dos pais, avós ou outros familiares, com os nomes dos padrinhos, com os oragos das paróquias, com pontos altos do culto de determinados santos, mas tinha muito a ver com modas que se localizam perfeitamente no tempo e que ultrapassam as fronteiras das paróquias, mesmo as mais isoladas.

Como podemos perceber, o trabalho de Amorim colaborou para refletirmos a intrincada teia de aproximação familiar, por outro lado, colaborou com informações de que padres também atuavam como padrinho e ao mesmo tempo celebravam o sacramento do batismo.

A exceção do Vigário Miguel Arcaño e Justino Batista, em que a autora não mencionou laços consanguíneos, apenas o nome destes, os demais são de sua família. Percebemos também, que ela deixou de referenciar os padrinhos de batismo de Mariana, apresentando somente o padre que realizou a cerimônia sendo ele Miguel Arcaño.

²⁶Sobre batismo ver: CHAGAS & NADALIN (2008). Acesso: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/chagas_paularoberta_nadalín_sergiodilón_paraomundoepar_aeternidade.pdf. CASTRO (S/D). Acesso: 22/03/2022. <http://repositorio.asc.es.edu.br/bitstream/123456789/2749/3/10.47306978-65-88213-16-2.332-350.pdf>. KITAGAWA (2013). Acesso: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364856714_ARQUIVO_OcontextoreligiosocristaodoBrasilnoseculoXIXnotasparaumdebatehistoriografico.pdf.

Esta reflexão nos reportou a leitura das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia publicada em 1707²⁷. Nelas, percebemos a normatização fundamentada em três condutas: herança das tradições pautadas na Bíblia Sagrada, as leis portuguesas e as instruções do Concílio de Trento. Estas Constituições tornaram-se um documento norteador dos sacramentos com normas eclesiásticas para a população católica.

No entanto, foi possível observarmos que em Paracatu como em outras localidades de Minas Gerais, houve transgressões das normas estabelecidas pela Constituições Primeiras, mesmo sabendo de suas normas e que para o não cumprimento das mesmas eram previstos sanções.

Levantamos estes argumentos pois segundo Luciano Figueredo (2004), o sacramento do batismo encontrava-se dentro das comunhões que tiveram maiores propagações.

Em relação a representação, notamos que foram apontadas três mulheres, havendo ausência do nome de quem representou Duarte. Também não foi mencionado se havia laços de parentesco destas madrinhas com os pais das crianças. Porém, detectamos a participação a senhora Marcela de Brito por três vezes como representante e Isabel da Silva, duas vezes.

Outro ponto que ela considerou importante mencionar foram os padres que batizaram seus filhos.

Adelina foi o Padre Francisco Pereira Tavares; Laura, Dom José de Brito Freire, vigário interino; Frederico, o vigário Miguel Arcanjo que tinha chegado há pouco neste lugar; Thomaz, Cândida, Anna, Mariana e Duarte, o mesmo vigário.

Os oito filhos D. Cândida de Melo Álvares e de seu marido Domingos Pimentel de Ulhõa, foram batizados por três representantes com diferentes títulos da ordem católica, sobressaindo o Vigário Miguel Arcanjo que realizou seis destes.

Numa sequência de fatos, ela apresenta novos acontecimentos criando um subtítulo “como outra digressão”, e descreve junho de 1854, como importante em sua vida, pois colocou dentes feitos pelo dentista Manoel. Segundo ela, este foi o primeiro profissional desta categoria que chegou na cidade de Paracatu. Os gastos importaram a soma de 230\$000 réis. Com o passar dos anos, a narradora diz que eles foram trocados por novos dentes, mas desta vez por Estanislau, outro dentista.

²⁷ As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* aprovadas pelo Synodo Diocesano em 1707 instituem normas eclesiásticas. Tiveram como objetivo regular e organizar na Colônia brasileira a vida religiosa. Em seus cinco volumes procuravam estabelecer regras aos fiéis e das irmandades leigas religiosas e para isto aplicavam sanções de punição para quem não seguisse as regras.

Percebemos este fato ser importante para D. Cândida, pois o serviço odontológico de acordo com sua narrativa era inexistente na cidade, fato que a leva a partilhar o ano de 1854 como um momento marcante em sua vida. Outra questão que embora ela não tenha mencionado é que este serviço especializado era caro, tornando-se inviável para população de menor condição econômica. Neste sentido, Carvalho (2006) afirma que a profissão dentária no século XIX era usufruída inicialmente pela sociedade que detinha poder econômico, que dispunha de condições para extração de dentes ou colocar dentes artificiais. Com o passar do tempo, esta situação foi se tornando acessível à restante da sociedade.

Entrada dos filhos na escola

O princípio da escolarização dos filhos também foi partilhado em seus relatos. Ela teve o cuidado de trazer informações acerca do acesso de alguns ao mundo da escrita.

Adelina para a Escola de D. Francisca da Costa Pinto a 4 de maio de 1848.
Saiu em dezembro de 50;
Laura a 30 de julho de 1849 e Frederico para a Escola do Padre Moura a 13 de setembro de 1852 de idade de seis anos e meio;
Thomas em janeiro de 1854, idade cinco anos e meio;
Cândida em janeiro de 1857, com a idade de seis anos e meio;
Anna em setembro de 1857 com quatro anos e oito meses;

Pelos registros, Adelina a filha mais velha estudou por um período de dois anos e meio entre 7 a 9 anos de idade. Laura entrou na escola com 5 anos, Francisco (seis anos e meio), Thomas (cinco anos e meio), Anna (quatro anos e oito meses). Mariana e Duarte não foram contemplados nesta anotação de início da idade escolar.

Detectamos nesta análise que houve preocupação dos pais em dar aos filhos condições de aprendizado da escrita, apesar de não detalhar prosseguimento posterior, com exceção de Frederico e Thomaz que mencionou em outras “*digressões*” a ida dos filhos para estudar no Seminário de Mariana em 1961.

Observamos também que, o período de início escolar variou entre os meses de janeiro, maio, julho e setembro, o que nos inquietou. Refletindo sobre esta questão indagamos: de que modo era a estruturação do ensino nas escolas em Paracatu? Ao analisar esta questão, notamos que há indeterminação em relação aos meses que seus filhos iniciaram o percurso escolar, oscilando também a idade de entrada das crianças nas escolas. Ainda sobre esta questão, foram

mencionadas as frequências em escolas de apenas dois filhos, sendo elas: D. Francisca da Costa Pinto e a escola do Padre Moura.

Por meio dessa narrativa, entendemos que os documentos pessoais podem proporcionar caminhos para conhecermos outras histórias acerca da educação em Paracatu para este período. Este é um campo aberto, pois não encontramos estudos relacionados a cidade na temporalidade estuda que tratem sobre esta questão.

Na sequência de suas anotações, ela fez um pequeno apontamento relacionado a fatos cotidianos. “O Sr. Ulhôa abriu ferida no braço em 20 de fevereiro de 1857; Thomas quebrou o braço em janeiro de 1855” (PIMENTEL, 2006). Acerca destas questões, inferimos que são acontecimentos comuns do cotidiano e não nos detivemos a refletir sobre esta narrativa, porém, compreendemos cotidiano com descreve Certeau (1998, p. 105), “pois é no cotidiano que as inúmeras práticas sociais se materializam e constituem a essência de cada indivíduo que, embora singular, constitui-se de pluralidades, demarcando, assim, a complexidade inerente tanto à individualidade quanto à coletividade”.

A seguir, a narradora descreveu a memória da dor, com a perda de seus familiares apresentado as perdas familiares. Falar de mortes é sempre penoso, e neste sentido concordamos com Ariés (2003) quando reflete que os seres humanos estão enlaçados em um dilema de separar a relação simbólica que produz uma consciência de si. Segundo o autor, esta questão proporciona conhecimento e certeza da morte.

Sabemos que historicamente os seres humanos expressam a dor da perda de seus familiares ou amigos de diferentes maneiras, pois os vínculos afetivos que se constroem acompanham os indivíduos de maneira mútua.

Neste sentido, D. Cândida representou a perda de alguns entes queridos deixando transparecer a relação de respeito existentes para com os mesmos.

Faleceu meu prezadíssimo Pai a 26 de agosto de 1853, tendo a idade de 80 anos seis meses e alguns dias. Está sepultado na Matriz, perto do altar mor, do lado esquerdo. (5);

Faleceu meu respeitável Sogro e Compadre muitas vezes em 22 de abril de 1871;

Faleceu minha prezadíssima Mãe a 21 de dezembro de 1884, tendo a idade de 90 anos ou mais, pois não se achou assento de batismo; havia opiniões que minha mãe viveu cem anos. Apareceu depois um assento que ela nasceu em seis de fevereiro de 1786;

Faleceu minha neta Georgina em 15 de maio de 1888;

Faleceu minha estimada e prezada Sogra e Comadre em 27 de agosto de 1887;

Faleceu minha prezada irmã a 21 de fevereiro de 1896;

Faleceu meu prezado genro e compadre Dr. Francisco Manoel Paraíso a cinco de setembro de 1899;

Faleceu meu prezado genro, viúvo de Laura, Dr. Augusto Ferreira dos Reis em cinco de abril de 1900;

Faleceu o meu prezadíssimo, sempre lembrado e chorado marido Domingos Pimentel de Ulhôa em 25 de fevereiro de 1893, de idade 78 anos incompletos;

Faleceu meu filho Frederico em 01 de fevereiro de 1907.

Desse modo, vimos que os nomes de onze familiares foram redigidos nas anotações, fazendo um percurso histórico cronológico linear, a exceção da neta que ela registra no ano de 1888 e logo abaixo, retoma o assento do óbito de sua sogra com data de 1887.

Observamos na listagem, que três pessoas são mencionadas por ela com mais informações: o pai, nascido no século XVIII, falecendo com oitenta anos, seis meses e alguns dias. Para este registro, notamos maior ênfase, pois o percurso do tempo fora por ela detalhado em anos, meses e dias. Aspecto significativo de seu sentimento é a atenção dada ao local do sepultamento, apontando a Igreja Matriz de Santo Antônio como localização do depósito do corpo, indicando ser a cova próxima ao altar do lado esquerdo.

Esta informação é significativa, pois pessoas enterradas tão próximas do altar estavam entre as que possuíam prestígio e destaque de poder aquisitivo na sociedade. Segundo Rodrigues (2015, p. 24).

O costume de sepultar dentro das igrejas - conhecido como enterros intramuros ou eclesiásticos - eram uma prática comum na sociedade brasileira. Porém, nem todos podiam ser sepultados nos templos. Apesar da difusão da morte cristã e dos dogmas católicos, a territorialização e apropriação da morte e do lugar dos mortos deu à igreja um controle sobre quem poderia ser sepultado nos locais sagrados e assim ter garantida a salvação de sua alma.

Em si tratando da Igreja Matriz de Santo Antônio, é possível observar pelas tábuas que cobrem o assoalho do templo religioso várias sepulturas testemunhos de enterros que ocorreram entre os séculos XVIII e XIX.

Como podemos perceber, houve preocupação da sociedade civil e eclesiástica em relação a tradição do sepultamento de corpos no interior das igrejas no Brasil também durante o século XIX. Para eles está era uma maneira do moribundo ficar mais próximo dos santos, consequentemente de Deus.

Interessante pensarmos que este comportamento foi uma influência lusa e de acordo com Oliveira (2014, p. 2).

Trazidos pelos portugueses, tais costumes foram adotados desde os primórdios da colonização e remontavam à tradição ocidental cristã, que via no sepultamento eclesiástico, um espaço sagrado, uma das formas de se proceder à “boa morte”, cujo fim era a salvação no Além túmulo.

É importante salientar que, também no século XIX, se iniciaram campanhas de políticas higienistas públicas de enterros em cemitérios públicos. Esta demonstração derivou de preocupações médicas que colocaram os funerais eclesiásticos²⁸ como uma norma de higienização necessária.

Neste sentido, Rodrigues (2015, p. 29) afirma que: “Os médicos do século XIX não apenas criticaram as formas e locais destinados a sepultamentos, como também buscaram alterá-los e secularizá-los de acordo com seus padrões higiênicos e preventivos”.

Analisando a data de enterro de Joaquim de Melo Álvares no ano de 1853 dentro da igreja Matriz de Santo Antônio em Paracatu, observamos que em outras localidades alguns anos anteriores já haviam exigências levadas pelas preocupações médicas em decorrência de epidemias causadas por cólera-morbo e febre amarela²⁹. Foi em decorrência destas situações que medidas de saúde pública foram adotadas.

Assim, a partir de 1850 práticas realizadas de enterros fora dos espaços da igreja ganharam proporções com argumentos médicos. Atentamos para a hipótese de não haver outros registros que descrevam em seus escritos sobre enterros na igreja, uma vez que o próximo ocorreu dezoito anos depois, o que a nosso ver, significa que os corpos passaram a ser sepultados no Cemitério Público local.

Retornando as reflexões anteriores, D. Cândida faz a descrição do óbito de sua mãe. Segundo ela, as informações do nascimento foram obtidas no registro de nascimento datado de 1786, porém, não é oferecido pela narradora outras informações.

²⁸ Funeral neste trabalho é entendido como descreve (REIS, 1991), “no Brasil oitocentista era muito comum os sepultamentos realizados no interior das igrejas ou em seus arredores como uma forma de garantir ao morto a salvação eterna”.

²⁹ Sobre estas questões, consultar: OLIVEIRA, Leonardo. **Da igreja ao campo santo: o nascimento dos cemitérios e o monopólio da morte no Brasil do século XIX**. In: Anais do Encontro Internacional e Histórias e Parcerias. XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529168974_ARQUIVO_LeonardoOliveira_ST43_XVIIIANPUH-Rio.pdf. Acesso: 21/01/2022. RODRIGUES, Caroline. **do sagrado ao secular: a contribuição do saber médico para a construção dos cemitérios oitocentistas**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca 2015. RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos: tradições e transformações fúnebres na Corte**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento geral de documentação e Informação Cultural, Divisão de editoração, 1997.

O terceiro deles foi seu marido, falecido com idade de setenta e oito anos incompletos. A ele são externadas também palavras de respeito, porém, ela acrescenta que ele é sempre lembrado e chorado, possibilitando compreender uma carga emocional da autora que mostra em suas palavras, condição de sofrimento, angústia e tristeza, em decorrência desta separação. Seus sentimentos podem ser comparados as reflexões de Bauman (2008, p. 44-45). Ao escrever que: “Só a morte significa que nada acontecerá daqui por diante, nada acontecerá com você, ou seja: nada que você possa ver, ouvir, tocar, cheirar, usufruir ou lamentar. É por essa razão que a morte tende a permanecer incompreensível para os vivos”.

Assim, a descrição dos mortos apresentados levou-nos a compreensão de um registro de seus entes queridos, sendo ela privada de suas presenças.

O próximo item D. Cândida retoma o casamento de uma de suas filhas e descreveu que os seis netos que nasceram no período de oito anos, uma nasceu morta. Interessante observar que há uma linhagem de sucessão dos nomes em família que são atribuídos dos pais para os filhos e netos. É o caso de sua neta que herdou seu nome, como podemos observar abaixo.

Casamentos dos filhos

“Casou-se minha filha Adelina a 30 de novembro de 1861 e teve a primeira filha que nasceu morta, em 06 de abril de 1863”.

Nasceu minha neta Cândida, filha de Adelina a 19 de abril de 1864;

Nasceu o Luís, terceiro filho a 21 de junho de 1866;

Tita a 18 de dezembro de 1867;

Augusta a 12 de setembro de 1869;

Arthur a 22 de janeiro de 1871.

Mudamos para a casa do Largo da Jaqueira a 17 de outubro de 1859, tendo gasto na construção quatro anos e tanto”.

Chamamos também a atenção para as datas que são registradas, não há uma sequência cronológica linear. A narradora sai dos dados do nascimento dos netos e inicia novo assunto sendo ele sua mudança para o Largo da Jaqueira ocorrido em 1859. Segundo ela, “foram gastos na construção quatro anos e tanto”. Este casarão em estilo colonial é uma das arquiteturas mais belas realizadas em Paracatu.

Pontuando as relações estabelecidas na escrita, nos damos conta que suas recordações são experiências do vivido, do experienciado, e como são relações do jogo da memória do lembrar e do esquecer; é natural que a narradora tenha se afastado do seu presente registrando seu passado, e em outros momentos escrito sobre fatos recentes.

Desta maneira, entendemos que a construção da narrativa é um processo de suas lembranças que foram selecionadas, organizadas e registradas.

Neste sentido, as lembranças fracionadas foram apresentadas novamente e desta vez, trouxeram descrições do casamento de mais duas filhas, os nomes de quem as desposaram e os descendentes destes matrimônios. Os casamentos aconteceram entre os anos de 1872 e 1876. Do primeiro casal, resultaram dez filhos, sendo sete homens e três mulheres. Do segundo, seis filhos, sendo uma menina e cinco meninos. Assim, em suas anotações ela registrou:

“Casou-se minha filha Cândida a 1º de fevereiro de 1872” com Fortunato Jacintho da Silva Botelho

Nasceu Georgina a 15 de fevereiro de 1873;

Osório a 18 de março de 1875;

Aníbal a 25 de Abril de 1876;

José a 04 de março de 1878;

Anísio a 11 de abril de 1880;

Francisco a 11 de março de 1882;

Mariana a 06 de maio de 1884;

Raul a 27 de janeiro de 1886;

Maria a 25 de fevereiro de 1888;

“Mário a 25 de dezembro de 1892”.

“Casou-se minha filha Anna com o Dr. Paraíso em 25 de dezembro de 1875, saiu para a Bahia no dia 05 de janeiro de 1876”. Teve a primeira filha de nome Maria Cândida que nasceu em Alcobaça a 20 de outubro de 1876;

Nasceu o segundo filho Domingos a 30 de dezembro de 1877;

Francisco a 16 de julho de 1880;

Pedro a 26 de novembro de 1883;

Eduardo a 26 de julho de 1885;

“José a 07 de outubro de 1881”.

Partiram daqui para a Bahia minha filha Anna e o marido e netas a 08 de junho de 91, tendo estado em Goiás.

Como podemos observar o documento, é uma rica fonte genealógica que apresenta seus antepassados e a partir deles, sua geração e descendentes. Os dados analisados e refletidos, formam um conjunto de informações que podem ser compreendidos como um relato sociocultural pelo fio condutor apresentado através do histórico de sua família.

Desse modo, o prestígio da descendência de Dona Cândida e do Coronel Domingos Pimentel é percebido ao analisar a trajetória da união dos mesmos, e tornam-se informações valiosas, uma vez que para cada nome apresentado é possível verificarmos a descendência e trajetória de vida destes.

Neste caso, quando ela registrou sobre os filhos Thomaz, Frederico e Duarte, esta informação permitiu-nos pesquisar e descobrir que eles estudaram e tornaram-se profissionais reconhecidos apresentando relevância em seus trabalhos na região onde atuaram.

Dr. Thomaz Pimentel de Ulhôa, fez medicina no Rio de Janeiro e depois de formado, fixou residência em Uberaba, onde, segundo Afonso Arinos (1910) possuía grande reconhecimento por sua atuação como médico [...]. “O Dr. Thomaz tem se distinguido como notável e feliz operador, tendo com seu hábil bisturi, realizado delicadas operações cirúrgicas[...] firmando assim, um nome de profissional competente e caridoso, pois, reparte com os pobres metade de suas rendas” (1910, p.112). Ele dedicou-se também a política, atuando como vereador em Uberaba por vários mandatos.

Já o filho caçula, Duarte Pimentel de Ulhôa, tornou-se bacharel em direito e foi nomeado Juiz de Direito de Uberlândia, na época nomeada “São Pedro de Uberabinha” onde atuou por trinta e seis anos, até seu falecimento em 1928 (BOTELHO, 2022).

Duarte foi responsável pela instalação da Comarca nesta localidade, sendo responsável pela inauguração do primeiro Fórum e organização dos serviços de justiça da referida Comarca. Sua atuação foi importante na história da justiça, de modo que se tornou patrono de uma das escolas públicas da rede estadual de Uberlândia³⁰.

Pelo que entendemos, a nomeação de Duarte ao Cargo de Juiz foi um dos fatos marcantes para nossa narradora, pois consta em seus escritos que “Duarte foi nomeado Juiz de Direito em dezembro de 1890 ou em janeiro de 1891” (BOTELHO, 2022).

Um aspecto que notamos durante a trajetória da escrita é o poder exercido do masculino sobre o feminino, uma relação histórica, pois D. Cândida aponta o papel das filhas em um protagonismo social e político de inferiorização, uma vez que há um silenciamento das mesmas em relação a suas formações. Acreditamos que esta situação está ligada ao processo histórico da educação feminina que foi aplicada no Brasil, sendo ele um aspecto herdado da cultura portuguesa.

Nas reflexões de Almeida, (2011, p. 173). “No Brasil, na educação tradicional, a instrução para as mulheres que fosse além das prendas domésticas, era considerada supérflua. A herança luso-cristã afirmava que excesso de instrução poderia prejudicar sua constituição frágil e nervosa e atingiria a saúde da futura prole”. Refletindo as palavras do autor, pensamos

³⁰ Disponível em: <https://www.uberlandiahoje.com.br/2017/07/23/historias-de-uberlandia/> acesso: 22 de janeiro 2022.

na incompatibilidade estabelecida neste sistema vigente o que nos levou a pensar as condições sociais e nos lugares pertencentes as mulheres neste período.

Diante destas questões nos perguntamos: Qual o papel que as filhas de D. Cândida executavam? Pertencendo a elite paracatuense, quais foram as oportunidades que tiveram de acesso a continuação dos estudos e a vida profissional? Instiga-nos a pensar sobre os silêncios e o não-dito nas páginas que escreveu em relação as suas filhas.

Nesse sentido, são pertinentes as palavras de Luciano Figueredo (2004) ao questionar em que lugar encontraríamos a mulher mineira. Ele entendeu que esse lugar começa pelo negacionismo.

Começamos pela negação, que parece ter sido a característica central na vida dessas mulheres. Estiveram nas Minas excluídas de qualquer exercício de função política nas câmaras municipais, na administração eclesiástica, proibidas de ocupar cargos da administração colonial que lhes garantissem reconhecimento social. (FIGUEREDO, 1997, p142.)

Figueredo analisa o papel das múltiplas mulheres na região de Minas Gerais e apresenta as dificuldades encontradas pelas mesmas no contexto social, mas não se atém a mulher das classes mais abastadas. Já Giacomini (1985) lança olhares sobre as mulheres “burguesas” no século XIX e pondera que nesse período se reforçou a ideia de que “ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família “burguesa e higienizada”. Nessa perspectiva D’Incao (2004, p.191) apresenta o papel social da mulher de classe mais abastada e as suas atribuições em relação ao lar e aos filhos, sendo sua supervisão e cuidado com os filhos, muito valorizados nessa época, forçando “a ideia de que é muito importante que as próprias mães cuidem da primeira educação dos filhos”.

Para além do papel de mãe, D’Incao (2004, p.191) defendeu também a ideia de que as mulheres “significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Fossem elas, esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas cuidavam da imagem do homem público.

As últimas anotações foram dedicadas aos escravizados. Neste sentido, Botelho (2022) chamou a atenção para observar a menção no documento analisado aos escravizados que ele entendeu serem da convivência da narradora.

Nos escritos, D. Cândida ela apresentou alguns nomes de suas escravas e dos filhos destas, informando a data do nascimento e falecimentos também de alguns. Distinguiu a cor da pele, apontou uma delas ser de origem africana e três pardas. Ela fez menção também as

crianças que nasceram sob a Lei do Vento Livre. Esta lei de nº 2.040, foi uma das medidas adotadas através da Legislação, no Paço do Senado no Rio de Janeiro em 28 e setembro de 1871, que foi assinada pela Princesa Imperial Regente “Isabel”. A partir desta assinatura, os filhos de mulheres escravizadas foram considerados livres, devendo, no entanto, observar as condições associadas a esta “liberdade³¹”.

“Faleceu a escrava Jacintha, parda, a 18 de outubro de 1885, de idade de 35 anos, para mais ou menos”;

Maria, escrava que foi para a Bahia com o Dr. Paraíso, teve uma filha de nome Flora, Lei do ventre livre, nascida em 05 de maio de 1874 e falecida em janeiro de 1877;

Maria Africana faleceu a 17 de janeiro de 1883;

Firmo que foi escravo, nasceu a 10 de janeiro de 1859;

Fausta nasceu a 03 de abril de 1857;

Nasceu a Pardinha Marta, filha de Cláudia a 1º de abril de 1886;

Nasceu Ismênia, filha de Agostinha a 20 de junho de 1894 e faleceu a 25 de novembro de 1900;

Nasceu meu escravinho Caio, filho de Edwrigens a 22 de abril de 1871;

Faleceu Fabião, escravo de minha mãe a 24 de agosto de 1872;

Nasceu a filha da escrava Merência, de nome Agostinha a 28 de agosto de 1873 – Lei do Ventre Livre;

Nasceu Romana, filha da escrava Edwrigens, a 28 de fevereiro de 1874 – Lei do Ventre Livre;

Nasceu a segunda filha de Edwrigens a 17 de outubro de 1875, chamada Fé – Lei do Ventre Livre;

A Merência teve além da Agostinha, mais três filhas de Ventre Livre, todas falecidas;

Nasceu a escrava Eva, filha de Vitoriana em 21 de junho de 1861. Foi para a Bahia com o Dr. Paraíso;

Nasceu o escravinho Izidro, filho de Francisca a 02 de janeiro de 1866. Foi para a Bahia com o Dr. Paraíso;

Nasceu Firma, escrava do meu genro Villela a 16 de agosto de 1869, filha de Sabina, parda;

Nasceu a escrava Cláudia, filha de Francisca a 07 de julho de 1868”.

Anotações esparsas

“Nasceu minha neta Carolina, filha de Thomas, em 09 de agosto de 1886;”

³¹ (BN) Biblioteca Nacional. Art. 1º: Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. §1. Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso o governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de trinta anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de trinta dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor. Lei do Ventre Livre (1871, p.167) Disponível em: http://objdigital.bn.br/.../div_manuscritos/mss_I32_36_025.pdf. Acesso em 12 de janeiro 2022.

“Filho de Justa, que foi minha escrava, nasceu a 05 de julho de 1902, de nome Abel.”

Analisando esta última seção, observamos que o plantel de escravizados, nascidos após a Lei do Ventre Livre (1871), descrito por D. Cândida somam vinte e seis e para compreendermos as informações, construímos um quadro para demonstrar os nascimentos, a condição social e cor da pele dos mesmos.

Quadro 1. Escravizados e suas descendências

407

Para melhor compreensão do quadro salientamos que em seu interior temos uma sigla “ND” que significa “Não Declarada”.

Nomes dos escravizados	Nomes após a abolição o 1888	Nome da Mãe	Ano do nascimento	Ano de falecimento	Idade	Cor da pele	Nascidos sob a Lei do Ventre Livre
Jacintha		Não declarada	Aproximadamente 1850	1885	35 aproximados	Parda	
Flora		Maria	1874	1877	3 anos	N.D	x
Maria Africana		Não declarada	N.D	1883		N.D	
Firmo		Não declarada	1859	N.D		N.D	
Fausta		Não declarada	1857	N.D		N.D	
Marta		Cláudia	1886	N.D		Parda	x
	Ismênia	Agostinha	1894	1900	6 anos	N.D	
Caio		Edwrigens	1871			N.D	
Fabião		Não declarada	N.D	1872		N.D	
Agostinha		Merência	1873	N.D		N.D	x
Romana		Edwrigens	1874	N.D		N.D	x
Fé		Edwrigens	1875	N.D		N.D	x
Três filhas da escravizada Merência com nomes não declarados		Merência	N.D	N.D		N.D	x
Eva		Vitoriana	1861	N.D		N.D	
Izidro		Francisca	1886			N.D	
Firma		Sabina (parda)	1869	N.D		N.D	
Cláudia,		Francisca	1868	N.D		N.D	

A distribuição no quadro deve ser lida de acordo com as cores e siglas para melhor entendimento. Conforme revela o fundo de cor rosa, o nome da escravizada Edwrigens aparece três vezes, levando-nos a supor que ela é também mãe de Caio, pois as datas que aparecem ligadas ao seu nome são crescentes em relação aos nascimentos. Através destas informações notamos Edwrigens associada como mãe de Caio 1871, Romana 1874 e Fé 1875.

Esta constatação pode ser notada nas colunas que descrevem o nome das mães e os escravizados. Desse modo, observando as linhas, deparamos com os nomes das crianças citadas

que estão relacionadas a Edwirgens em três linhas e conseqüentemente com espaço de tempo também em três momentos.

O fundo de cor azul refere-se a Merênciã, registrada duas vezes contabilizando o nascimento de 4 filhas. Destas, D. Cândida informa que três meninas faleceram, sendo todas nascidas na Lei do Ventre Livre.

Conforme podemos ver no fundo de cor cinzenta, o nome Francisca aparece duas vezes. Isto nos levou a duas possibilidades. A primeira, que ela seja mãe de Cláudia nascida em 1868 e de Izidoro 1886. A segunda, que sejam duas escravizadas com o mesmo nome, em decorrência do intervalo longo de 18 anos que pode ser percebido entre o nascimento de Cláudia e Isidoro. Não nos é possível fazer afirmações que os dois nomes de “Francisca” sejam a mesma pessoa em decorrência da falta de informação, pois os mesmos não possuem complementos.

Detectamos também no quadro que há menção a três mulheres pardas, sendo elas Jacintha, Marta e Sabina.

Sobre a população escravizada na primeira coluna, temos quinze nomes e três não declarados, somando um total de dezoito e na segunda, aparece somente o nome de Ismênia nascida após a abolição no ano de 1894 falecendo em 1900, uma vida curta.

Relacionando as duas primeiras colunas com a terceira, notamos o assento de nove mulheres ligadas a maternidade. Não computamos uma, pois pensamos que Francisca que aparece no quadro duas vezes pode ser a mesma pessoa.

Na quarta coluna temos datas de nascimento que oscilam entre 1850 a 1894, já a quinta, apontam as mortes ocorridas entre 1872 a 1900.

Na coluna seis, temos somente três registros. Dois escravizados com idade de 35 e 3 anos a contar do nascimento e morte, e uma menina que nasceu após a abolição e viveu somente seis anos.

A próxima coluna, lista duas pardas, Marta e Jacintha, porém D. Cândida registrou também Sabina que pode ser observado na coluna três.

Finalizando as colunas temos os nascidos na Lei de Ventre Livre que somam seis escravizados.

Outro fator importante é a sigla “ND” (**Não Declarada**) que aparece vinte e oito vezes no quadro, distribuído em quatro colunas.

Na terceira, há cinco mães que não foram declaradas em relação aos registros dos filhos e na quinta que descreve o ano de nascimento, cinco não foram declarados levando em consideração que a linha azul está associada a três filhas da escravizada Merênciã.

A quinta coluna que apresenta dados de falecimento somam dez e por último, na sétima, há quinze registros que não declararam a cor da pele, incluindo Ismênia, filha de agostinha que nasceu após a abolição no ano de 1894.

Ao observarmos um número tão expressivo que totaliza vinte e oito não declarados pensamos nos silêncios destes não dito. Certamente para um número tão expressivo onde das oito colunas, quatro delas aparece os “não declarados”, temos representado um total de 50% do quadro. Esta questão é um leque de possibilidades para novos estudos.

Por fim, nos escritos foram incluídos mais dois nascimentos, a neta Carolina filha de Thomas, 1886; e Abel nascido em 1902, filho de Justa, que segundo a narradora, fora sua escrava.

Ao analisarmos acerca dos nascimentos, mortes, cor da pele, condição social e descendência dos escravizados, percebemos nos registros de D. Cândida que ela descreve majoritariamente mulheres e seus descendentes, aparecendo de maneira inexpressiva os nomes de homens, mas entendemos que foram frutos de suas escolhas do que registrar.

Ao analisarmos os registros de D. Cândida, diversos aspectos de sua trajetória de vida foram apontados, outros silenciados, todavia são perceptíveis implicitamente no seu texto e podem ser compreendidos a partir da leitura atenta e das indagações do historiador.

Considerações finais

A análise dos escritos de D. Cândida possibilitou entender que a narrativa feminina proporciona o conhecimento de outras histórias atreladas a sua, a constituição social e familiar, laços que dão indícios da religiosidade, cultura e sociedade.

Os registros e análises realizadas neste texto dá-nos a ideia de perceber aspectos da identidade da narradora como personagem central nesse discurso. O uso da primeira pessoa é recorrente no texto, possibilitando o entendimento a relação entre o papel do narrador e a personagem central, sendo ela própria.

Mesmo com descrição familiar, vê-se que toda a trama narrativa se deu em função de suas lembranças e atribuição de laços a sua pessoa, entrelaçando as histórias dos demais personagens a sua própria história e seus desdobramentos.

Estas lembranças proporcionaram condições de saber mais sobre quem foram seus antepassados e os membros de sua família, o que possibilitou conhecer sobre personagens importantes na configuração econômica e política de Paracatu no século XIX.

Por fim, não temos pretensão de esgotar este estudo, tendo em vista que novos olhares e reflexões abrem possibilidades a outras abordagens.

Referências

ALBERTI, V. **Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 66-81.

ALMEIDA, Jane Soares de. **As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade.** Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande - MS, n. 31, p. 165-181, jan./jun. 2011. Acesso em 23 de janeiro 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/132-Texto%20do%20artigo-1014-1-10-20130701.pdf>. Acesso em 23 de janeiro 2022.

AMORIM, Maria Norberta. **Identificação de pessoas em duas paróquias do Norte de Portugal (1580-1820).** Boletim de Trabalhos Históricos, Guimarães, v. XXXIV, p. 213-279, 1983.

_____. Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias. Braga, Universidade do Minho, 1991.

ARIÉS, Phillipe. **História da Morte no Ocidente.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. Medo líquido. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.p.44 e 45

BÔSCARO, Ana Paula Dutra. **Entre normas escritas e práticas coditianas: As relações de compadrio na Serra da Mantiqueira—séculos XVIII e XIX.** Tempos Históricos, 2017, 21.2: 265-286.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Padrinhos de Muitos Afilhados: um estudo do significado do compadrio em São João del Rei, Séculos XVIII e XIX.** In: ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.

CARVALHO, C. L. **A transformação no mercado de serviços odontológicos e as disputas pelo monopólio da prática odontológica no século XIX.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 13, n. 1, p. 55-76, 2006.

CASTRO, José Luiz de. **BATISMO E COMPADRIO NOS REGISTROS DA FREGUESIA DE VILA BOA DE GOYAZ (1764-1808) ATUAL CIDADE DE GOIÁS.** Disponível em: <http://repositorio.asc.es.br/handle/123456789/2749>. Acesso, 21/03/2022.

CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano: Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1998.

DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2005.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In DEL PRIORE, Mary (org.); **História das mulheres no Brasil.** Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

FERRARA, Jessica Antunes. Escrita e reinvenção de si: caminhos para uma prática discursiva feminista. In: GARRAFA. **Escrita e Reinvenção de Si**. Vol. 17, n. 47, jan.-Mar. 2019, p. 166 - 191.

FIGUEREDO, Luciano Raposo. **Mulheres nas Minas Gerais**. In DEL PRIORE, Mary (org.); **História das mulheres no Brasil**. Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo: Contexto, 1997.

GIACOMINI. **A Mãe de família** (Rio de Janeiro, 1879-1888). Revista BEP. Campinas, 1985. 22, v 2 (2).

GUSDORF, G. *Les Écritures du Moi*. Lignes de vie I. Paris: Odile Jacob, 1991.

MORLEY, H. **Minha vida de mocidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NORONHA, Jovita Maria Gerheim. Autobiografia e memória. In: GONZÁLEZ, Elena Palmero; COSER, Stelamaris. **Em torno da memória: conceitos e relações**. Porto Alegre: Letral, 2017, p. 55-64

OLIVEIRA, Leonardo. DA IGREJA AO CAMPO SANTO: O NASCIMENTO DOS CEMITÉRIOS E O MONOPÓLIO DA MORTE NO BRASIL DO SÉCULO XIX. In. Anais do Encontro Internacional e Histórias e Parcerias. XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529168974_ARQUIVO_LeonardoOliveira_ST43_XVIIIANPUH-Rio.pdf. Acesso: 21/01/2022.

RAMOS, Donald. **Do Minho a Minas**. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro. Volume 44, Fascículo I, 2008, p.134 a 153.

_____. **Teias Sagradas e Profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro**. *Vária História*, n 31. Janeiro, 2004.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Caroline. DO SAGRADO AO SECULAR: A CONTRIBUIÇÃO DO SABER MÉDICO PARA A CONSTRUÇÃO DOS CEMITÉRIOS OITOCENTISTAS. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca 2015.

Rodrigues, Claudia. **Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos: tradições e transformações fúnebres na Corte**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento geral de documentação e Informação Cultural, Divisão de editoração, 1997.

VENANCIO, Renato Pinto; SOUZA, Maria José Ferro; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v 26, n 52, p. 273-294, 2006.